

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

YANNE SILVA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE
GÊNERO NAS ESCOLAS**

MARABÁ/PA

2021

YANNE SILVA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE
GÊNERO NAS ESCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do grau em licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa

MARABÁ/PA

2021

YANNE SILVA DOS SANTOS

**AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ENFRENTAMENTO DA DESIGUALDADE DE
GÊNERO NAS ESCOLAS**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Faculdade de Ciências da Educação do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do Grau de licenciatura em Pedagogia.

Data de aprovação: Marabá (PA), 30 de abril de 2021

Banca Examinadora:

Prof.^a Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa
(Orientadora-FACED/UNIFESSPA)

Prof.^a Dra. Ana Clédina Rodrigues Gomes
(Membro-FACED/UNIFESSPA)

Prof.^a Ma. Silvana de Sousa Lourinho
(Membro-FACED/UNIFESSPA)

Dedico este trabalho a minha mãe Lauriete Domingas Pereira da Silva por sempre estar ao meu lado.

AGRADECIMENTOS

Sou grata a minha família pelo apoio incondicional durante todo o meu trajeto por essa graduação.

As minhas amigas, Andressa da Silva Ribeiro e Bianca Coelho e ao meu amigo Samuel Henrique Mota da Silva pelos momentos maravilhosos e inesquecíveis durante a graduação.

Ao meu companheiro de vida Washington Marra de Castro Júnior que sempre esteve me incentivando para que este sonho se tornasse realidade.

Aos mestres por todo o conhecimento e pelo exemplo de profissionais a serem seguidos, em especial a minha orientadora profa. Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa por toda paciência, amizade, companheirismo e apoio durante a minha caminhada acadêmica.

A todos e todas os meus mais profundos agradecimentos.

LISTA DE SIGLAS

CLAM	Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos
DEAM	Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher
EGeS	Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade
ESH	Escola Sem Homofobia
FMI	Fundo Monetário Internacional
GDE	Gênero e Diversidade na Escola
GEPPEE	Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
PAISM	Programa Social de Assistência Integral à Saúde da Mulher
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PDE	Plano de Desenvolvimento da Escola
PNE	Plano Nacional da Educação
PNPM	Plano Nacional de Políticas Mulheres
PPA	Plano Plurianual
SASE	Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SEEA	Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo
SEED	Secretaria de Ensino a Distância
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade Inclusão
SECRIE	Secretaria de Inclusão Educacional
SEPPIR	Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SPM	Secretaria Especial de Políticas para Mulheres
UERJ	Universidade Estadual do Rio de Janeiro
UFG	Universidade Federal de Goiás

RESUMO

Nos últimos vinte anos no Brasil, percebemos uma crescente articulação dos movimentos sociais para a inserção de temas como gênero e diversidade sexual na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação. Por conta disso, esse estudo objetivou refletir sobre como as políticas públicas educacionais na perspectiva de gênero podem auxiliar para o enfrentamento das desigualdades de gênero nas escolas de educação básica. Para este trabalho foi realizado como procedimento metodológico um levantamento bibliográfico nos bancos de dados online das plataformas Scielo e Google Acadêmico, nas quais foram selecionados artigos, documentos e textos que continham nos resumos ou nas palavras-chave pelo menos as expressões *políticas públicas, gênero e desigualdade de gênero*, com recorte temporal entre os anos de publicação 2003 a 2021. Um segundo momento desse levantamento foi a classificação de publicações de documentos oficiais no site do Ministério da Educação que fossem diretamente ligados à SECADI. Com isso foram baixados 10 Relatórios de Gestão sobre a SECADI que datam entre 2005 e 2018. Sendo os artigos, documentos, relatórios e textos levantados pelo inventário bibliográfico os dados que compuseram a revisão bibliográfica e as análises dessa monografia. Após o levantamento, realizamos o destaque analítico ao Programa: Gênero e Diversidade na Escola, por conta da dimensão e relevância desse programa, verificando suas contribuições para o enfrentamento das desigualdades de gênero pela via das unidades e sistemas de ensino de educação básica. Por meio dos estudos dos teóricos e dos documentos selecionados e pelas análises de alguns dos programas e projetos inventariados foi possível fazer a reflexão de que as políticas públicas educacionais na perspectiva de gênero auxiliam no enfrentamento das desigualdades de gênero no ambiente escolar, favorecendo assim uma educação mais inclusiva, dinâmica e menos preconceituosa.

Palavras-Chave: Políticas Públicas Educacionais. Desigualdade de Gênero. SECADI.

ABSTRACT

We realized that in last twenty years at Brazil a growing social movement articulation to the insertion of gender and sexual diversity issues in the construction of educational oriented public policies. Therefore, this study aimed reflected how gender perspectives educational oriented public policies can assisted to gender inequality confrontation in early childhood education schools. We realized as methodologic proceeding, to this research, a bibliography revision in Scielo and Google Scholar databases, selecting articles, documents and texts that containing in abstracts and keywords almost the expressions: public politics, gender, and gender inequality. The publication period evaluated was between 2003 to 2021. A second step of this bibliographic search was the classification of Education ministry site official documents publications linked to 'SECADI'. Thus, we downloaded 10 'SECADI' management reports in the period between 2005 to 2018. The articles, documents and texts search in the bibliographic inventory compound the bibliography revision and analyses data of this monography. Beyond this search, we realized the gender and school diversity program analytic highlight, due the great dimensions and relevance of this program, verifying their contributions to gender inequality challenge in the early childhood education unities and systems. Through the authors review, selected documents and analyses of some programs and inventoried projects was possible elucidated that gender perspective educational public politics assist in gender inequality confront at school environment, supporting more inclusive, dynamic, and less biased education.

Keywords: Educational Public Policies. Gender Inequality. SECADI.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL	14
2.1. SECAD a SECADI: contextos e implicações sobre a criação dessa secretária	21
3 OS DADOS DO ESTUDO: AS POLÍTICAS DE GÊNERO IMPLEMENTADAS PELA SECADI	27
3.1. Resultados do levantamento nas plataformas Google Acadêmico e Scielo	28
3.2. Apresentação e a análise do programa: curso gênero e diversidade na escola (GDE)	36
3.2.1 Curso gênero e diversidade na escola: desdobramentos e sua atualidade	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, no Brasil, percebemos uma grande e crescente movimentação dos movimentos sociais para a inserção de temas como gênero e diversidade sexual na elaboração de políticas públicas voltadas para a educação, sendo que grande parte dessa luta se deve aos movimentos feministas e movimento LGBTI.

Podemos conceituar gênero como sendo uma construção social, histórica e cultural de feminino e masculino. Carvalho (2010) diz que as relações de gênero entre mulheres e homens por serem socialmente determinadas, acabam desempenhando papéis sociais diferentes.

Neste contexto, fica claro que papel na sociedade em que vivemos o masculino é criado para o espaço público, a gerência de negócios e a política, enquanto o feminino apenas para o ambiente doméstico, cuidados da casa e dos filhos e marido, o mais preocupante, contudo, é constatar que essa relação entre os gêneros, são uma relação de poder. Não é exagero afirmar que essa diferença entre os gêneros acaba por implicar a desigualdade.

Como ressalta Almeida (2011, p. 171) "O gênero é entendido como uma construção social, histórica e cultural, elaborada sobre as diferenças sexuais e às relações construídas entre os dois sexos". Então, é preciso assumir que cada cultura desenvolve uma compreensão diferente sobre a relação entre o feminino e masculino.

Conforme explicado acima, a desigualdade entre homens e mulheres acaba sendo determinada por sua condição de gênero. Essas desigualdades ficam bastante evidente dentro do mercado de trabalho quando homens e mulheres exercem o mesmo trabalho e ganham salários diferentes, e na maioria das vezes o gênero feminino é prejudicado com essa estrutura.

A inserção de políticas públicas educacionais na perspectiva de gênero sempre chama atenção e causam polêmicas, por envolver diversos pontos de discussão, embates e interesses. O debate das formulações dessas políticas é influenciado e pressionado por grupos de interesses e/ou movimentos sociais, a depender de qual política está em pauta a influência destes pode aumentar ou diminuir.

Assim, os governos democráticos desenvolvem suas políticas públicas a partir das intenções expostas durante a campanha eleitoral e conseqüentemente essas políticas ao serem aplicadas causarão uma alteração na sociedade. Portanto, as

políticas públicas desde seu processo de formulação, implementação e resultados podem ser entendidas como uma forma de exercer poder político.

Neste contexto devemos nos atentar se às políticas públicas educacionais resultantes desses debates têm como preocupação a promoção de estratégias para garantir a cidadania e o enfrentamento de toda e qualquer desigualdade dentro e fora das escolas.

Porém, atualmente podemos perceber a regressão de algumas políticas públicas educacionais que auxiliam nesse combate à desigualdade de gênero, como por exemplo os projetos e ações até então desenvolvidas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão que foi extinta pelo governo do presidente Jair Bolsonaro. Essa regressão é devido ao atual governo seguir um viés político ultraconservador.

Conforme Vianna (2018), o uso do conceito sobre gênero passou a abarcar as estruturas das relações sociais como raça e classe social como forma de compreender as mais variáveis formas de desigualdades, seria um erro, porém, atribuir o estudo sobre as relações de gênero ao uso da expressão mulher, algumas teorias feministas consideram uma universalização da identidade feminina.

Assim, reveste-se de particular importância que o conceito de gênero é uma forma de problematizar o que é ser mulher nos mais variados contextos históricos e culturais. Sob essa ótica, ganha particular relevância problematizar as questões sobre as diferenças entre homens e mulheres principalmente quando baseado no sexo biológico, e intencionando a relação de poder entre as relações sociais de gênero na dimensão entre raça, etnias e geração.

A melhor maneira de compreender esse processo é considerar que as relações gênero são influenciadas pelas estruturas das relações sociais, ou seja, de como a sociedade se relaciona entre si, como ressalta Almeida (2011, p.12) "trata-se de identificar como os valores objetiva e subjetivamente construídos são introjetados, vivenciados e reproduzidos na vida cotidiana".

A escola por ser um ambiente de socialização, pode reforçar padrões conservadores e a afirmação dos papéis que os gêneros (feminino/masculino) são ensinados a desempenhar no cotidiano. Esses reforços podem estar nos currículos quando não é abordado temas relacionados à perspectiva de gênero e/ou em livros didáticos ao representar as meninas sempre brincando com bonecas e meninos com carros.

Com isso, os debates e a naturalização sobre esses assuntos nas escolas tornam-se indispensáveis. A partir destes debates no ambiente escolar e a preparação dos profissionais da educação para lidar com essas questões, podem vir a ajudar na desconstrução de que meninos e meninas devem seguir padrões impostos ao seu gênero, como meninas são mais frágeis e meninos não podem chorar.

Este trabalho tem como contribuição uma reflexão de como as políticas públicas educacionais podem auxiliar no enfrentamento das desigualdades entre os gêneros na escola tendo como referência ao estudo as políticas educacionais da SECADI. Partindo do pressuposto que a secretaria foi criada como um meio de atribuição para a redução das discriminações no sistema de ensino, reunindo programas e políticas sobre os temas que até então estavam excluídos da agenda dos governos.

Para tal decidimos tratar sobre a política pública “Curso de Gênero e Diversidade na Escola”, desenvolvida pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), entendendo que a inserção das temáticas de política pública e gênero devem sempre estar presentes nas pautas das agendas institucionais.

As políticas públicas educacionais são um fator de importância para o enfrentamento às desigualdades de gênero na sociedade, principalmente quando voltado à instituição escolar, por ser um ambiente de aprendizado e socialização. Logo, podendo alcançar as famílias de alunos e alunas, e consequentemente ajudando a desconstruir preconceitos e superar desigualdades como no mercado de trabalho onde os homens são a maioria da força de trabalho.

Conforme dados divulgados do pelo IBGE (2021)¹ demonstra que a força de trabalho feminina em 2019 era ocupada por 54,5% enquanto a masculina era de 73,7%, de acordo com esses dados fica evidente que ainda há uma grande desigualdade de gênero no mercado de trabalho.

Não se trata de desnaturalizar a desigualdade entre homens e mulheres com a oposição desses, seja porque é necessário identificar os diferentes poderes detidos e sofridos por ambos os gêneros. Julgo pertinente trazer à tona conforme mencionado

¹ Dados retirado do [IBGE | Censo 2021 | Mercado de trabalho reflete desigualdades de gênero](#). Acesso em 04 de abril de 2021.

pela autora Carvalho (2010, p.233) que as diferenças incumbidas nas relações de gênero são estruturantes de um sistema de dominação masculina, que perpassa todos os setores de uma sociedade.

O interesse pela temática surgiu devido ao meu ingresso ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas Educacionais (GEPPE/UNIFESSPA) coordenado pela professora Ma. Vanja Elizabeth Sousa Costa e da minha participação no núcleo de pesquisa e estudo NUMBUNTUM da Faculdade de Ciências da Educação por um determinado período da minha vida acadêmica. Nesses dois grupos de estudos e pesquisas, havia questionamentos, estudos e debates em rodas de conversas, minicursos, oficinas etc. sobre questões ligadas, entre outras, às temáticas de gênero.

Também pude participar nos dois últimos períodos de minha graduação do programa Residência Pedagógica e por conta do formato desse Programa todas as semanas participava de ações pedagógicas na escola-campo em que atuava e pude estar mais presente no dia a dia das escolas de educação básica, futuro campo de minha atuação.

Devido a experiência nas escolas onde pude atuar por meio do programa, pude perceber que a desigualdade entre os gêneros, ou seja, entre as meninas e os meninos era acentuada, principalmente quando relacionadas ao comportamento das meninas, onde não podiam participar de brincadeiras que envolviam corridas, dentre outras consideradas apenas de meninos.

A partir dessas vivências citadas, trago a seguinte problemática: como as políticas públicas contribuem no enfrentamento à desigualdade de gêneros na escola? Para tal, trabalhamos com a hipótese de que as políticas públicas na perspectiva de gênero, quando bem formuladas e implantadas, podem ajudar a diminuir as desigualdades de gênero bem como suas implicações, dentro do ambiente escolar.

Assim, este trabalho teve como objetivo refletir sobre as principais políticas públicas educacionais como auxílio para o enfrentamento das desigualdades de gênero no sistema educacional brasileiro, e como objetivo específico buscamos fazer um levantamento das políticas públicas propostas pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) entre os anos de 2004 até 2019 fazendo uma breve descrição de cada.

Também como objetivo específico iremos fazer uma análise do Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE) verificando suas contribuições nas questões de desigualdade de gênero nas escolas.

Para este trabalho foi realizado como procedimento metodológico um levantamento bibliográfico nos bancos de dados online das plataformas Scielo e Google Acadêmico, nas quais foram selecionados artigos que continham nos resumos ou nas palavras-chave pelo menos as expressões *políticas públicas* e *gênero* com recorte temporal entre os anos de publicação 1998 a 2021. Sendo os artigos, documentos e textos levantados pelo inventário bibliográfico os dados que compuseram as análises dessa monografia.

Assim este trabalho está dividido em duas partes, na primeira parte realizamos uma breve exposição acerca das políticas públicas que foram desenvolvidas no Brasil e que estão relacionadas as temáticas de gênero e desigualdade de gênero, enfatizando as políticas públicas que estão no âmbito da SECADI.

Na segunda parte trazemos os dados dos estudos resultantes da nossa pesquisa de levantamento das principais políticas públicas educacionais na perspectiva de gênero implementadas pela SECADI, bem como a apresentação e análise sobre o curso Gênero e Sexualidade na Escola (GDE) e suas contribuições para o enfrentamento das desigualdades de gênero nas escolas.

E por fim, fazemos algumas considerações sobre a compreensão de como as políticas públicas contribuem no enfrentamento à desigualdade de gênero nas escolas de educação básica.

2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO NO BRASIL

O contexto na qual as políticas públicas são criadas é um processo dinâmico. Visto que as propostas são resultantes de um processo de negociações e relações bem complexas e tensas, na qual tanto o Estado quanto os movimentos sociais disputam os seus interesses (VIANNA, 2018).

Em virtude desse contexto, pode-se dizer que ambas as partes no processo de formulação das Públicas são influenciadas. O mais preocupante, contudo, é constatar que por ser uma relação bastante tensa, as formulações de políticas públicas podem demorar para que seja posta em ação. Assim, preocupa o fato de que com essa demora as políticas públicas nem sempre abrangem as pessoas que seriam beneficiárias dessas formulações.

É importante frisar que nem sempre as políticas públicas são formuladas para atender as demandas reivindicadas, pois sempre há várias demandas que não são correspondidas pelo Estado.

Também se entende que o conceito sobre políticas públicas contém várias abordagens, como ressalta Souza (2006, p. 26) "Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Segundo a autora a política pública é um campo multidisciplinar, ou seja, perpassa por diversas áreas do conhecimento, e que visa buscar colocar as ações do governo democráticas em prática para que essas ações do seu propósito causem resultados e/ou mudanças na sociedade.

Dentro das vertentes de políticas públicas a que se adequa mais a esse trabalho são as políticas públicas sociais. Na qual entendemos que as políticas sociais

se referem a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. (HÖFLING, 2001, p.31)

As políticas públicas causam bastante impacto nas vidas das pessoas que são abrangidas com elas, seja na área educacional, econômica ou social. "Quando postas em ação, são implementadas, ficando daí submetidas a sistemas de acompanhamento e avaliação" (SOUZA, 2006, p.26) Conforme mencionado pela autora é necessário compreender essas formulações, pois após serem discutidas e

colocadas em programas, programas, planos, e projetos é preciso acompanhar se estão sendo efetuadas corretamente.

Com a luta dos movimentos sociais, aos poucos algumas políticas públicas foram sendo conquistadas. No que tange ao movimento feminista, a agenda governamental foi evidenciada as áreas da saúde e violência contra a mulher.

Nos anos de 1984 foi publicado pelo Ministério da Saúde uma iniciativa, o Programa Social de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM) que tinha como objetivo reduzir a morbidade materna e infantil. Apesar de ter sido um marco para a saúde da mulher, no entanto o programa formulado de interesse do Estado era uma forma de controle sobre os corpos das mulheres sexualmente ativas, assim controlando sua natalidade.

Na área de violência contra a mulher em 1985 foi implementada a primeira delegacia de polícia em defesa da mulher no Estado de São Paulo, e nos anos de 1990 incluíram programas de incentivo à geração de renda e emprego, para meninas e adolescentes e o apoio a mulheres de zonas rurais.

Em 1996, no setor político foi estabelecida uma cota para a candidatura das mulheres visando à redução da desigualdade de gênero na política. Porém, mesmo com essa política de cotas os percentuais de mulheres envolvidas na área da política continuavam baixos.

Nesta cota que atualmente está sob vigor da Lei 12.034 de (2009) foi descrito que todos os partidos deveriam ter obrigatoriamente um percentual mínimo de 5% de mulheres ligada ao partido, assim como também o tempo de participação de no mínimo 10% do tempo fixado pelo órgão nacional de direção partidária.

Entretanto, o incentivo à mulher para a vida política é insólito, de tal forma que acaba refletindo diretamente na baixa representatividade feminina no pleito eleitoral. Atualmente o Tribunal Superior Eleitoral (TSE)² divulgou dados sobre a participação das mulheres nos processos eleitorais.

Segundo os dados divulgados pelo site do TSE nas eleições de 2020 foram eleitas 651 prefeitas (12,1%), em relação a 4.750 prefeitos (87,9%). Já para as câmaras municipais, foram 9.196 vereadoras eleitas (16%), contra 48.265 vereadores (84%).

² Disponível em: Mulheres representam apenas 12% dos prefeitos eleitos no 1º turno das Eleições 2020 — Tribunal Superior Eleitoral (tse.jus.br) Acesso em 06 de abril de 2021.

Com esses números observamos como realmente a representatividade feminina na política do nosso país ainda é minoria. Por mais que as eleições de 2020 em relação às eleições de 2016 (11,57%)³. Houve um pequeno aumento na participação feminina, mas esses números ainda são bastantes inexpressivos se comparada a representatividade masculina.

No que tange a área da educação, sobre um contexto de pressão e influência exercida por organismos internacionais e multilaterais, iniciado nos anos 1990 com a Conferência Mundial de Educação para Todos realizada em Jomtien - Tailândia, houve uma reformulação do sistema educacional na América latina.

Entretanto é durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) nos anos 1995 que se inicia as reformas de cunho neoliberal “que viriam a afetar as políticas sociais voltadas para as populações mais pobres, repercutindo nas políticas públicas de educação” (VIANNA, UNBEHAUM, 2004, p.82).

Essas reformas neoliberais impactam diretamente nas políticas de educação, que começaram a ser colocadas em prática com a promulgação da LDB 9394/96. Com essa lei, algumas reivindicações foram distorcidas e os compromissos acertados para o combate às desigualdades de gênero neste documento nem é citado, aparecendo somente em termos genéricos.

Percebe-se que em âmbito legal que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), não contempla questões relativas ao enfrentamento da desigualdade de gênero. Portanto, se não ficar evidente, conseqüentemente nas escolas a implementação de abordagem para essas questões acabam tornando-se uma não obrigatoriedade.

Essa não obrigatoriedade pode implicar diretamente no ambiente escolar, de modo que nas escolas as desigualdades de gênero podem ser reforçadas quando não há uma intervenção diante de atitudes preconceituosas.

Vale ressaltar que a LDB (9394/96) também expressa que o ensino exige condições de igualdade para o acesso e a permanência dos estudantes na escola, visando além da liberdade de aprendizagem, o ensino, a pesquisa e divulgação de sua cultura, o que conseqüentemente colabora para o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

³ Disponível em: [Cresce número de mulheres candidatas e eleitas no pleito de 2020 — Senado Notícias](#). Acesso: 06 de abril de 2021.

Ainda no que se refere ao processo educativo, a LDB (BRASIL, 1996), no artigo 1º ressalta que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Dessa maneira é responsabilidade do Estado garantir uma educação não racista, não homofóbica e não sexista. Uma educação que oferece uma formação integral dos alunos para o exercício da cidadania visando o respeito.

Assim como a LDB em voga, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) são marcos na história da educação brasileira. Os PCN estão divididos para o ensino fundamental 1ª a 4ª série e foram lançados em 1997 - logo após a aprovação da LDB - e os PCN de 5ª a 8ª série, difundido em 1998.

Como se sabe, a elaboração dos PCN, entre 1995 e 1997, teve por objetivo nortear os currículos do ensino fundamental e médio em todo o território nacional, representando um importante passo na inclusão da perspectiva de gênero na educação. Educadores e especialistas foram convidados pelo MEC a elaborar uma versão preliminar e, nesse processo, realizou-se um estudo dos currículos de outros países (como Inglaterra, França, Espanha, estados unidos), das propostas dos estados e de alguns dos municípios brasileiros, dos indicadores da educação no Brasil e dos marcos teóricos contemporâneos sobre currículo, ensino, aprendizagem e avaliação (VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, 2006, p. 416).

Como citado acima, o documento objetivava incentivar as discussões sobre as temáticas de gênero e sexualidade. Porém o que podemos perceber é que essas temáticas estão ligadas a ideia de que gênero se refere apenas às questões sobre sexualidade, fazendo com que o tema se limite apenas na perspectiva sexual e de saúde.

Assim limitando a trabalhar com ótica mais amplas, também é importante acentuar que na sua linguagem utilizada reforça a generalização com os termos e conceitos referindo-se ao masculino, o que pode causar um fortalecimento na desigualdade entre os gêneros.

Conforme nos PCN de orientação sexual, a inserção das temáticas de gênero e sexualidade foi uma inovação na área da educação, pois eram e ainda continuam sendo temas considerados tabus na sociedade.

⁴ Pela abrangência de atuação do Pedagogo na escola demos ênfase neste estudo a abordagem do PCN de 1ª a 4ª séries.

Durante todo o documento a questão de gênero é tratada timidamente, tendo grande relevância somente no volume 10 que é denominado como um dos volumes “Temas Transversais”. Este volume está dividido em duas apresentações denominadas de Pluralidade cultural e Orientação sexual.

No que se refere ao conteúdo de Orientação sexual, é abordado os critérios em relação ao Corpo: matriz da sexualidade, relações de gênero e prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS.

No conteúdo direcionado a orientação sexual é nos os objetivos gerais dessa discussão para o trabalho na educação do ensino fundamental, que é apresentado o conceito de gênero conforme abaixo:

conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construção social (BRASIL, 1997, pp. 98–99).

Apesar da temática sobre sexualidade ter sido abordada como um tema transversal, nota-se que no próprio documento essa transversalidade não é feita. Visto que ao se tratar sobre sexualidade, corpo, prevenção a saúde e relação sociais, as questões de gênero se fazem presente sendo necessário ser perpassada nessas discussões e não ficar restrita somente ao um tópico.

Sem essa transversalidade, a sexualidade passa a ser uma abordagem relacionada apenas a saúde, visto que acabam não relacionando questões de comportamentos que são estabelecidos culturalmente, como por exemplo, o não questionamento aos seus companheiros na utilização de preservativos ou na compreensão das diversas formas de expressão de sexualidade.

Portanto, os PCNs acabam enfatizando nas prevenções de doenças sexualmente transmissíveis, e com isso acaba velando a relação sexualidade e gênero reduzindo-os a tópicos distintos.

A agenda sobre as questões de gênero foi iniciada no Brasil nos anos 1990, porém foi somente a partir dos anos 2000 que as políticas públicas na perspectiva de gênero tiveram uma grande ampliação.

Em 2001, ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso foi sancionado o primeiro Plano Nacional de Educação (PNE/Lei 10.172/2001), um documento para

educação de ensino básico e superior que traçava objetivo e metas para o sistema de ensino brasileiro durante um período de 10 anos.

O PNE objetivava a melhoria da qualidade do ensino como um dos seus principais objetivos e a formação continuada dos professores/as como uma das principais ações para alcançar as metas estabelecidas.

No que tange às questões de gênero é mencionado em alguns tópicos durante toda a lei.

No tópico que apresenta os: *Objetivos e Metas para o Ensino Fundamental* referem como um dos critérios para o programa de Avaliação do livro didático “a adequada abordagem das questões de gênero e etnia e a eliminação de textos discriminatórios ou que reproduzam estereótipos acerca do papel da mulher, do negro e do índio” (BRASIL, 2001). Porém essa é a única menção referente às questões de gênero durante todo o tópico em questão.

Nos tópicos conseguintes do ensino médio não há referências às questões de gênero, vindo a ser mencionado somente na educação superior com referência ao currículo para formação de docentes:

Incluir nas diretrizes curriculares dos cursos de formação de docentes temas relacionados às problemáticas tratadas nos temas transversais, especialmente no que se refere à abordagem tais como: gênero, educação sexual, ética (justiça, diálogo, respeito mútuo, solidariedade e tolerância), pluralidade cultural, meio ambiente, saúde e temas locais. (BRASIL, 2001, item 12).

No tópico sobre: *Financiamento e Gestão da Educação Superior*, é mencionado a formação de políticas públicas na perspectiva de gênero mediante a coleta de informações através de questionários do exame nacional de cursos, conforme destaque abaixo:

Incluir, nas informações coletadas anualmente através do questionário anexo ao Exame Nacional de Cursos, questões relevantes para a formulação de políticas de gênero, tais como trancamento de matrícula ou abandono temporário dos cursos superiores motivados por gravidez e/ou exercício de funções domésticas relacionadas à guarda e educação dos filhos. (BRASIL, 2001, item 31)

Nas diretrizes sobre a formação de professores da educação básica, refere sobre a formação continuada na “inclusão das questões relativas à educação dos alunos com necessidades especiais e das questões de gênero e de etnia nos programas de formação” (BRASIL, 2001)”.

Portanto as questões de gênero no primeiro PNE, são mencionadas de forma superficiais, restrito e ambíguo, não sendo mencionado na apresentação geral e nem nos objetivos, e sendo mencionado ocasionalmente em alguns tópicos.

Porém consideramos que mesmo com as questões de gênero sendo mencionadas de forma restrita nesses documentos analisados, consideramos um significativo avanço em relação as propostas de políticas públicas anteriores.

O segundo Plano Nacional da Educação (2014-2014) foi aprovado pela Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014, na qual é novamente utilizado como a base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, que, ao serem aprovados em lei, devem prever recursos orçamentários para a sua execução.

No que é relacionado à gênero ou diversidade, o PNE em vigor não é muito bem específico, não houve menção da palavra gênero no texto da lei, se abstendo e minimizando a temática somente como “Superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”, assim não deixando claro a promoção de momentos de discussão e reflexão sobre gênero e diversidade sexual no ambiente das escolas de educação básica.

Com isso os documentos oficiais e as legislações que foram aqui citadas e analisadas sobre sua apresentação e discussão em relação as temáticas de gênero, percebe-se que essa temática ainda é velada e quando é citada se faz de forma ambígua.

É importante mencionar que além das políticas públicas citadas anteriormente, ocorreram a promulgação de outras políticas sociais na perspectiva de gênero.

Dentre elas enumeramos o Plano Nacional de Direitos Humanos II e III em 2002 e 2009 respectivamente, a criação da Secretaria Especial de Direitos Humanos e da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em 2003 e posteriormente lançado em 2004 o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM).

Assim como também a criação de juizados especiais, programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT, aprovação da Lei Maria da Penha, criação da Central de Atendimento à Mulher, Centro de Atendimento Especializado na população LGBT, entre outras (NASCIMENTO, 2016).

Esse crescimento de políticas públicas na perspectiva de gênero é percebido principalmente durante o primeiro governo do presidente Lula (2003-2006), no qual

pela primeira vez um candidato de esquerda é eleito presidente da república, representando diante ao atual cenário político e social uma descontinuidade em relação ao governo anterior, marcado por reformas neoliberais.

Nessa conjuntura, as eleições presidenciais de 2002 “ocorreram em um contexto de intensa expectativa social e política de mudança, cenário resultante, principalmente, da forte associação simbólica entre Lula e as reformas sociais” (MELO, 2009, p. 9).

A pauta do combate à desigualdade social era uma das vertentes da campanha eleitoral do governo Lula, na qual ele tentou colocar em prática criando a Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD)⁵ no âmbito do Ministério da Educação e Cultura (MEC), na tentativa de transformar as reivindicações de sujeitos sociais excluídos em políticas públicas.

A criação da SECAD, acontece dentro de um contexto político e social de disposição para a mudança em relação ao governo Lula. Essas mudanças eram advindas principalmente da má reputação do governo FHC, diante a uma crise econômica, da desvalorização do Real e a implementação de políticas neoliberais.

2.1. SECAD A SECADI: contextos e implicações sobre a criação dessa secretaria.

A partir do ano 2003, após longas e intensas disputas o Partido dos Trabalhadores (PT) chega à presidência com o candidato Luiz Inácio Lula da Silva, mas conhecido como Lula.

O governo Lula por ser um governo de esquerda era tido como esperança para contrapor as reformas neoliberais do governo FHC. Entretanto, o início do governo foi tomado por tensões e contradições, tornando o espaço das políticas voltada para a ambivalência de rupturas e continuidades em relação ao governo anterior. (OLIVEIRA, 2009)

⁵ A criação da Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (SECAD) foi oficializada por meio do Decreto nº 5.159, de 28 de julho de 2004, para elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a diversidade na educação.

Mesmo nesse contexto de tensão e contradição do governo Lula, a autora citada acima, ressalta que as questões de diversidade e a inclusão das ações de combate às desigualdades sociais nas agendas do governo foram mais presentes, causando uma mudança na realidade social e política do país, mesmo que timidamente.

No primeiro governo Lula alinhado com discurso de combate à pobreza e a desigualdade social, percebe-se uma ascensão das políticas sociais. Apesar de grande parte dos programas sociais serem de caráter focalizado e compensatórios destinados a um grupo mais vulnerável. (OLIVEIRA, 2009)

Como por exemplo a criação do programa bolsa família por meio da medida provisória n. 132, de 20 de outubro de 2003,⁶ que beneficiava famílias em situação de vulnerabilidade de pobreza extrema. Essa medida unificou os programas de renda mínima, ou seja, o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Vale Gás e o Cartão Alimentação, já existentes no governo anterior.

Com a implementação do bolsa família pelo território nacional, houve melhora na qualidade de vida dos beneficiados, apesar da distribuição da renda paga ser menor em referência ao salário-mínimo, o programa propiciou uma aproximação do governo com as pessoas mais pobres, que conseqüentemente ajudou a popularizar o governo Lula (MELO, 2009).

No que tange a educação, o governo Lula inclui a diversidade nas políticas públicas sociais, porém “a diversidade é associada a uma preocupação mais geral com a ideia de “inclusão social” (MOEHLECKE, 2009, p. 467). Essa inclusão social é intermediada por meio das ações do Ministério da Educação (MEC) voltadas à pobreza e a desigualdade social.

Essa inclusão social pode ser percebida em um dos programas do governo para educação intitulado *Uma Escola do Tamanho do Brasil*. O programa contemplava o acesso e a permanência nas escolas, bem como a colaboração da sociedade civil e do Estado na articulação de uma educação mais democrática. (MELO, 2009)

⁶ Dados pesquisados em: MPV 132 (planalto.gov.br)

Em um contexto político-econômico, o governo petista durante a campanha eleitoral foi embasado pelo discurso de mudanças e eliminação das desigualdades, tornando favorável a inclusão na agenda, temas antes marginalizados. No entanto, também é preciso mencionar que mesmo com grandes avanços nas demandas de gênero e diversidade, mediante a agenda essencialista às conquistas foram bastante árduas.

Como o governo Lula estava herdando uma dívida pública muito alta advinda do Plano Real (1992-1994) e das políticas macroeconômicas do governo anterior, combater a inflação tornou-se uma das prioridades de seu governo. Explicitado na divulgação *Carta ao povo brasileiro*, o comprometimento em respeitar os compromissos nacionais e internacionais econômicos.

Pautado sob essa lógica, as políticas sociais do governo Lula - assim como no governo FHC - foram influenciadas pela política do Fundo Monetário Internacional (FMI) que visava a elevação de juros e a contenção dos gastos públicos na área social para controle da meta de inflação e o reajuste fiscal, impactando diretamente nas futuras políticas sociais. (MELO, 2009)

Com o cenário econômico em crise devido à instabilidade e dúvidas sobre o mercado brasileiro por parte de investidores nacionais e internacionais diante ao novo governo, em 2003 Lula recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), que fazia parte da revisão do acordo assinado em 2002 pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Feito o novo acordo com o FMI um dos compromissos continuou sendo o equilíbrio das políticas macroeconômicas entre os gastos e a arrecadação, seja por meio de cortes, aumento de impostos ou ambos, e reformas estruturais. Este último por meio de várias medidas de reformas estruturais, entre elas a privatização da previdência social dos servidores públicos.

Ao recorrer aos acordos do FMI, o governo Lula dava continuidades às políticas neoliberais econômicas, e as reformas estruturais nos setores públicos iniciadas no governo anterior. Portanto, “preferindo adotar uma posição pragmática de acalmar os mercados financeiros e sinalizar a intenção de honrar os contratos e compromissos firmados com credores externos e internos.” (MELO, 2009, p. 61)

É importante ressaltar que ao ser eleito Lula mantinha o apoio popular e para tentar diferenciar as do governo anterior, tentava dar uma maior importância às causas sociais, principalmente na educação.

Portanto, em sintonia com o discurso do governo Lula em sua primeira gestão, o MEC define a inclusão social como um dos quatro eixos estratégicos de sua política educacional. (MOEHLECKE, 2009, p. 467)

No entanto, diante da pressão dos movimentos sociais e organizações populares para atender temas marginalizados, como a diversidade e gênero principalmente no âmbito educacional, foi instituída em abril de 2004 a SECAD, que " iniciou-se, então, a tentativa de articular ações de inclusão social com valorização das diversidades [...]." (VIANNA, 2018, p. 81).

A criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) foi um marco nas políticas públicas educacionais. No âmbito do Ministério da Educação (MEC), foi instituída pelo Decreto 5.159/2004 no primeiro mandato do Presidente Lula. Criada a partir da fusão da Secretaria de Inclusão Educacional (Secie) e a Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo (SEEA) em abril de 2004 (MEC,2005).

A SECAD passou a instituir "mecanismos administrativos e de gestão necessários para formular, implementar, fomentar, acompanhar e avaliar políticas voltadas para os setores tradicionalmente privados de seus direitos básicos no campo da educação" (MEC,2005). Resultante disso foi a organização do I Plano Nacional de Políticas Mulheres e bem como a segunda versão em 2008 e a criação do Plano Plurianual de 2004-2007 (PPA).

As políticas públicas voltadas para gênero desenvolvidas pela SECAD, foram em grande maioria direcionadas para a formação docente, sendo esse um dos critérios para analisá-la nesse estudo. Desse modo, por meio da capacitação dos profissionais de educação, pode-se promover uma educação que respeite as diferenças (VIANNA, 2018).

Portanto, umas das primeiras grandes iniciativas foi o lançamento em 2005 do edital "Formação de profissionais da Educação para a Cidadania e diversidade

sexual”, com objetivo de promover a participação de instituições federais a apresentarem projetos de formação continuada de profissionais da educação básica nessa temática (VIANNA, 2018).

Posteriormente em 2006 o edital é novamente lançado com a mesma proposta, diferenciando somente pela inclusão do apoio financeiro para projetos de enfrentamento do sexismo e homofobia no ambiente escolar.

Outro programa de iniciativa da formação de professores e professoras para as questões de gênero foi por meio do Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE) em 2006, que objetivava orientar os professores e professoras da educação básica há como trabalhar com as questões relacionadas a gênero e diversidade dentro das escolas⁷.

Em 2011 é eleita a primeira mulher ao cargo da presidência da República do Brasil, mediante o cenário de fortes ataques advindos de grupos conservadores. No início do seu governo as secretarias do Ministério da Educação passam novamente por uma reestruturação organizacional⁸.

Entretanto, se nos atentarmos com outro olhar sobre esse decreto, percebemos que “a incorporação da Secretaria de Educação Especial à Secadi contribuiu para a fragmentação e a simplificação das temáticas articuladas por essa secretaria” (VIANNA, 2018, p. 91)

O governo Dilma (2011-2016) foi marcado pelos intensos conflitos entre diversos atores políticos sobre a agenda de gênero e diversidade sexual nas escolas. E um dos alvos desses conflitos foi o projeto Escola Sem Homofobia (HSM) elaborado em 2011, que visualizava o combate à homofobia nas escolas.

O projeto foi elaborado com a colaboração dos movimentos LGBT, do Ministério da educação por meio da SECADI, e de organizações civis. A partir dessa

⁷ Usamos como critério para a escolha do destaque analítico desse programa nesse TCC, o seu objetivo, que é: orientar os professores e professoras da educação básica a lidar com as questões relacionadas a gênero e diversidade dentro das escolas.

⁸ Nessa reestruturação a SECAD passou a incluir a educação especial nas suas vertentes passando a chamar Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) por meio do decreto nº 7.480 de 16 de maio de 2011.

colaboração foram desenvolvidos kits para fins educativos relacionados à promoção da igualdade e o respeito às diferenças.

No entanto, mediante a forte repercussão do projeto e os incessantes ataques ao material da bancada evangélica, a presidenta Dilma vetou o material “alegando sua inadequação” (Vianna, 2018, p. 93). O veto significou um retrocesso para a inclusão dessas políticas públicas na perspectiva de gênero, para a consolidação dos direitos de igualdade e para o combate à homofobia.

3 OS DADOS DO ESTUDO: AS POLÍTICAS DE GÊNERO IMPLEMENTADAS PELA SECADI

Nos governos Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014) podemos observar mudanças importantes no cenário econômico e social, tendo o combate à pobreza e a desigualdade social como principais pautas de governo.

É nesse cenário que a educação é estrategicamente colocada no centro das políticas públicas sociais. “Por essa razão, a escola tornou-se terreno de programas sociais de diversas naturezas, ganhando atribuições que antes estavam a cargo de outros órgãos e instituições estatais”. (Silva, 2019, p. 21)

Nesse sentido políticas públicas foram implementadas, favorecendo populações que antes estavam economicamente e socialmente excluídas das agendas do governo. Como por exemplo a criação do programa de transferência de renda mínima Bolsa Família (PBF) que beneficiava famílias em situação de extrema pobreza com filhos em idade escolar, conforme já comentado.

Como vimos, foi durante essa conjuntura de combate à desigualdade social que foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD/MEC), que incluiria nas políticas públicas a diversidade.

Vianna (2018) diz que a inserção do conceito de gênero nas políticas públicas educacionais como algo capaz de produzir conhecimento científico e ajudar na desconstrução dos papéis sociais com viés biológico se deu por muitas lutas e reivindicações.

A autora ainda expressa que a utilização do conceito de gênero era utilizada somente para estudo sobre a mulher, excluindo o entrelaço das relações sociais. Após debates, o conceito de gênero passou a ser ressignificado como um conceito ligado à "definição e a estruturação das relações sociais, englobando as dimensões de classes, raça, etnia e geração na procura de apreensão das distintas formas de desigualdades". (VIANNA, 2018, p. 19)

- A Metodologia

Para este trabalho foi realizado como procedimento metodológico um levantamento bibliográfico nos bancos de dados online das plataformas Scielo e Google Acadêmico, nas quais foram selecionados artigos, documentos e textos que

continham nos resumos ou nas palavras-chave pelo menos as expressões *políticas públicas, gênero e desigualdade de gênero*, com recorte temporal entre os anos de publicação 2003 a 2021. Sendo os artigos, documentos e textos levantados pelo inventário bibliográfico os dados que compuseram a revisão bibliográfica e as análises dessa monografia. Assim foram baixados 30 artigos que continham essas palavras chaves dentro de um período citado.

Um segundo momento desse levantamento foi a classificação de publicações de documentos oficiais no site do Ministério da Educação que fossem diretamente ligados à SECADI. Com isso foram baixados 10 Relatórios de Gestão sobre a SECADI que datam sua publicação entre 2005 e 2018.

Após o levantamento, realizamos o destaque analítico ao Programa: *gênero e diversidade na escola*, por conta da dimensão e relevância desse programa, verificando suas contribuições para o enfrentamento das desigualdades de gênero pela via das unidades e sistemas de ensino de educação básica.

A inclusão dos relatórios de gestão nesse trabalho foi de extrema importância, pois os relatórios contêm o norteamento das políticas públicas desenvolvidas pela SECADI.

3.1. Resultados do levantamento nas plataformas Google Acadêmico e Scielo

Após o levantamento, realizamos uma breve leitura dos materiais já citados e em seguida selecionamos os que continham maior relação com a temática em estudo, pelos critérios já mencionados no decorrer desse trabalho. A partir da leitura desses materiais foi possível a criação de 2 quadros descritivos.

Na qual o quadro 1 é com relação ao destaque do material já selecionado para estudo. No quadro 2 contém o resumo de cada relatório de gestão da Secad/Secadi.

QUADRO 1 - MATERIAIS SELECIONADOS ÁPOS O INVENTÁRIO

TÍTULO DO ARTIGO	AUTOR/ANO	TEMA
Políticas Públicas De Educação e Diversidade: Gênero e (Homo) Sexualidades	Cláudia Vianna; Maria Cristina Cavaleiro (2011)	Gênero

As Políticas Educacionais No Governo Lula: Rupturas E Permanências	Dalila Andrade Oliveira (2009)	Políticas Públicas Educacionais
A Extinção Da Secadi: Um Golpe Fatal nas Conquistas no Campo da Educação	Celi Nelza Zulke Taffarel; Marize Souza Carvalho (2019)	SECADI
Formação de Professores/as em Gênero e Sexualidade: Possibilidades e Desafios	Zilene Pereira Soares; Simone Souza Monteiro (2019)	Gênero
Gênero e Diversidade Na Escola: Como Verificar o Impacto da Formação de Professore/as?	Keila Deslandes (2010)	Formação de Professoras e Gênero
As Tensões e Contradições das Políticas Educacionais Brasileira dos Governos De Lula e Dilma Rousseff: o IDEB e o Programa Mais Educação	Ana Maria Clementino Jesus E Silva (2019)	As Políticas Públicas Educacionais
Gênero na Educação Básica: quem se importa? uma análise de documentos de Políticas Públicas no Brasil	Claudia Vianna; Sandra Unbehaum (2006)	Gênero
Políticas Públicas E Desigualdade de Gênero na Sociedade Brasileira: Considerações sobre os Campos do Trabalho, da Política e da Ciência	Janaína Xavier Do Nascimento (2016)	Políticas Públicas Educacionais e Gênero
O Gênero Nas Políticas Públicas de Educação No Brasil: 1988-2002	Claudia Vianna; Sandra Unbehaum (2004)	Políticas Públicas Educacionais E Gênero
Políticas Públicas: Uma Revisão da Literatura	Celina Souza (2006)	Políticas Públicas Educacionais
Gênero, Educação e Ciência	Maria Eulina Pessoa De Carvalho (2010)	Gênero
As Relações De Poder nas Desigualdades de Gênero na Educação e na Sociedade	Jane Soares De Almeida (2011)	Gênero
Estado e Políticas (Públicas) sociais	Eloisa De Mattos Höfling (2001)	Políticas Públicas
Uma Análise Gentrificada Sobre o Projeto Gênero e Diversidade na Escola	Priscila Gomes Dornelles; Ileana Wenez (2019)	Políticas Públicas Educacionais e Gênero

FONTE: Elaborado pela autora a partir dos dados das Plataformas SCIELO e GOOGLE ACADÊMICO

A elaboração do quadro 1 com os materiais selecionados das plataformas já citadas acima, nos permite uma melhor organização e visualização do uso destes materiais no decorrer deste trabalho.

QUADRO 2 - RESUMO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO DA SECAD/SECADI – 2005 a 2018

TÍTULO DO DOCUMENTO	ANO DE PUBLICAÇÃO	FINALIDADE DO DOCUMENTO
Relatório de Gestão da SECAD - 2004	2005	Este relatório refere-se ao exercício fiscal de 2004, na qual apresenta o perfil institucional da SECAD, bem como suas competências e as atribuições. Também apresenta os dados e indicadores referente aos resultados alcançados dos principais programas, projetos e ações. Presta ainda conta sobre a gestão orçamentária e financeira referente a implementações das políticas públicas de educação aos órgãos de controle interno de fiscalização da república e a sociedade em geral. Apresenta a divulgação de informações complementares sobre o estágio atual de desenvolvimento e implementação das políticas educacionais nacionais.
Relatório de Gestão da SECAD - 2005	2006	Neste relatório inicialmente é apresentado brevemente o contexto da educação brasileira e seus indicadores, as atribuições e as políticas públicas educacionais implementadas a partir da SECAD. É apresentado também a descrição de objetivos e metas dos programas e ações da agenda para inclusão educacional e diversidade, bem como uma síntese dos resultados alcançados pelas ações da SECAD referente ao exercício da gestão de 2005, bem como a apresentação das metas e a previsão dos resultados desses programas para o exercício de 2006. Apresenta-se também as metas financeiras e orçamentárias sobre o desenvolvimento das políticas públicas educacionais dessa Secretaria.
Relatório de Gestão da SECAD – 2006	2006	Neste documento, assim como no documento anterior inicialmente é apresentado brevemente o contexto da educação brasileira e seus indicadores, as atribuições e as políticas públicas educacionais

		implementadas a partir da SECAD. É apresentado também a descrição de objetivos e metas dos programas e ações da agenda para inclusão educacional e diversidade, bem como uma síntese dos resultados alcançados pelas ações da SECAD referente ao exercício da gestão de 2005, bem como a apresentação das metas e a previsão dos resultados desses programas para o exercício de 2006. Apresenta-se também as metas financeiras e orçamentárias sobre o desenvolvimento das políticas públicas educacionais dessa secretaria. ⁹
Relatório de Gestão Exercício 2007	Fevereiro 2008	Neste documento é apontado que em 2007 a SECAD passou por um reestruturação técnica-administrativa e de gestão para que as ações e os programas dessa secretaria estivessem alinhados ao PDE e a nova agenda do MEC. Também é apresentado a descrição, finalidade e os resultados físicos e financeiro dos programas e ações das metas previstas para o exercício de 2007 da SECAD.
Relatório de Gestão Exercício 2008	2008	Neste documento é inicialmente apresentado as responsabilidades institucionais da SECAD, bem como os programas e ações que são gerenciados e/ou coordenados pela Secretaria, os programas que não são gerenciados, mas que são coordenados pela SECAD; e programas e ações que não são coordenados e nem gerenciados, mas que podem ser articulados com a Secretaria. É descrito as estratégias para a execução das políticas públicas, as principais ações, e a análise dos resultados e da execução financeira e física de cada programa e ação no ciclo de 2008.
Relatório de Gestão Exercício 2010	2011	Neste relatório de gestão referente ao exercício de 2010, é apontado que devido o ano de 2010 ser um ano eleitoral e a paralização dos servidores do FNDE ¹⁰ por alguns

⁹ Os relatórios de 2005 e 2006 são exatamente iguais, mudando apenas o título de gestão de cada relatório.

¹⁰ O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia federal criada pela Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e alterada pelo Decreto-Lei nº 872, de 15 de setembro de 1969, é responsável pela execução de políticas educacionais do Ministério da Educação (MEC). Disponível em: [História - Portal do FNDE](#)

		<p>meses, esses ocorridos tiveram efeito negativo sobre a execução dos programas e ações da SECAD, porém essas ações e os programas foram executados e tiveram seus resultados alinhado ao que era previsto para o exercício da Secretaria. De acordo com o relatório houve uma maior integração das secretarias com outros programas e ações do MEC e também interação com órgão governamentais e não-governamentais visando uma maior institucionalização das políticas públicas. Os programas e ações neste documento são colocados em forma de análise crítica bem como os seus resultados. É apresentado de forma detalhada a contratação dos consultores e a análise crítica dessa contratação.</p>
Relatório de Gestão Exercício 2011	2012	<p>Neste relatório é apresentando unificação da Secretaria de Educação Especial - SEESP SECAD, passando a ser renomeada como SECADI. Apresentando a descrição e resultados das ações e dos programas que estão sendo desenvolvidos sob responsabilidade da SECADI (Programa 1060 - Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos; Programa 1377 - Educação para Diversidade e Cidadania; Programa 1374 - Desenvolvimento da Educação Especial) e a execução física, financeira e orçamentaria no ano de exercício de 2011.</p>
Processo de Contas do Exercício de 2012	2013	<p>No exercício de 2012 a SECADI realizou eventos com finalidade de apoiar os macroprocessos para o fortalecimento das políticas públicas educacionais, como por exemplo Conferência Rio+20 na qual o Brasil foi sede em 2012, e a execução do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero. Também é apresentado os programas e ações desenvolvidos pela SECADI com base no PPA 2012-2015, os resultados dessas políticas públicas e a execução financeira e orçamentaria no ano de exercício de 2012</p>
Relatório de Gestão Exercício 2013	2014	<p>No exercício de 2013 o Prêmios Construindo a Igualdade de Gênero registrou 2.031 trabalhos inscritos e</p>

		foi realizada a Cerimônia de Entrega da edição anterior. Em 2013 Ocorre a 2ª Reunião Técnica: Formação Continuada para e na Escola da Diversidade (RTF 2) espaço para articulação interinstitucional e o diálogo para efetivação da Política Nacional de Formação. Também é apresentado os programas e ações desenvolvidos pela SECADI com base no PPA 2012-2015, os resultados dessas políticas públicas e a execução financeira e orçamentaria no ano de exercício de 2013
Relatório de Gestão 2018	2019	Relatório voltado para apresentação das principais atividades do Ministério da Educação (MEC) e os resultados dessas atividades durante o exercício de 2018. É apresentado os resultados dos principais projetos e programas para educação como por exemplo a BNCC; Programa Mais Alfabetização; Pacto Nacional pela Alfabetização na idade certa (PNAIC); Programa Novo Mais Educação; Programa Novo Mais Educação, dentre outros. É apresentado a execução financeira e orçamentaria no ano de exercício de 2018, e também a extinção da unidade SASE.

FONTE: Elaborado pela autora a partir dos dados dos Relatórios de Gestão da SECAD.

Após a leitura e análise dos materiais destacados nos quadros 1 e 2, organizamos um terceiro quadro descritivo (quadro 3) com as políticas públicas relacionadas as questões de gênero implementadas ou apoiadas pela SECAD/SECADI, dentro de um recorte histórico que vai desde sua criação em 2004 até 2016¹¹.

O quadro é composto com o nome da política pública, período das atividades e o governo, o que nos permitiu uma melhor visualização acerca da temática para análise.

¹¹ A SECADI foi extinta em 2019, pelo decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, no atual governo de Jair Bolsonaro.

**QUADRO 3 - AGENDA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE GÊNERO ENTRE OS ANOS
DE 2004-2016**

POLÍTICA PÚBLICA	PERÍODO	GOVERNO
I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	2004	Luiz Inácio Lula da Silva
Programa Educação para a Diversidade e Cidadania	2005	Luiz Inácio Lula da Silva
Construindo a Igualdade de Gênero	2005	Luiz Inácio Lula da Silva
Projeto Educando para a Igualdade Gênero, Raça e Orientação Sexual	2005-2006	Luiz Inácio Lula da Silva
Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos	2006	Luiz Inácio Lula da Silva
II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres	2008	Luiz Inácio Lula da Silva
Gênero e diversidade na escola	2008	Luiz Inácio Lula da Silva
Rede de educação para a diversidade.	2008	Luiz Inácio Lula da Silva
Projeto Escola sem Homofobia	2009	Luiz Inácio Lula da Silva
Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	2012	Dilma Rousseff
Plano Nacional de Educação	2014-2024	Dilma Rousseff

FONTE: A autora

Como podemos visualizar no quadro acima, a SECADI desenvolveu programas e projetos relacionados ao tema gênero e educação. Estes programas e projetos por sua vez eram destinados à formação continuada dos profissionais da educação básica, que tinham como objetivo a preparação dos professores para lidar com as questões relacionadas à diversidade dentro das escolas.

Também buscou apoiar e estimular a produção científica na área acadêmica por meio, por exemplo, do prêmio: *Construindo a Igualdade de Gênero* lançado por meio do edital CNPq n.º 45/2005, que se caracterizava por um concurso de redações,

artigos científicos e projetos pedagógicos na área das relações de gênero, mulheres e feminismos.

O prêmio *Construindo a Igualdade de Gênero*, aconteceu durante os anos de 2005 até 2014 e foi desenvolvido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM), em parceria com o CNPq do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a SECADI e a SEB do Ministério da Educação (MEC). A premiação e a publicação dos projetos premiados eram realizadas anualmente.

As categorias de premiação, eram: 1- Categoria Mestre e estudante de Doutorado; 2- Categoria Graduada(o), Especialista e estudante de Mestrado; 3- Categoria Estudante de Graduação; 4- Categoria Estudante de Ensino Médio; 5- Categoria Escola promotora da igualdade de gênero, esta última foi incluída em 2009.

A categoria Escola promotora da igualdade de gênero era voltada para o desdobramento de projetos pedagógicos que contemplassem as questões de gênero, geralmente realizados individualmente pelo professor. Esta categoria teve como finalidade ajudar a difundir por meio de projetos pedagógicos as questões de gênero para o ambiente escolar, ajudando a construir uma compreensão sobre as desigualdades de gênero e possíveis estratégias para o seu enfrentamento.

Vianna (2018) enfatiza que com a criação da SECADI, temas como Gênero que antes eram excluídos puderam avançar para as pautas e agendas educacionais.

Dentre todos os programas e projetos que foram expostos neste trabalho por meio do levantamento, iremos apresentar de forma mais detalhada o Programa intitulado: Curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

Os critérios de escolha para destaque desse programa se deram por conta da sua dimensão e relevância, verificando suas contribuições para o enfrentamento das desigualdades de gênero pela via do ambiente escolar e do ensino de educação básica.

3.2. Apresentação e a análise do programa: curso gênero e diversidade na escola (GDE)

Entendemos que este curso como uma política pública na área da educação, colaborou por meio da formação continuada de professores e professoras, para o enfrentamento das desigualdades de gênero dentro das escolas.

Por ser um programa que objetiva discutir temáticas relativas a gênero e diversidade, o curso propicia reflexões e metodologias de como trabalhá-las em ambiente escolar, auxiliando na formação dos professores e professoras e conseqüentemente os ajudando a compreenderem as desigualdades de gênero e suas conseqüências no ambiente das escolas.

Uma das grandes reivindicações no campo da educação de crianças e jovens é a formação continuada para profissionais da educação do ensino básico que abordem temáticas atuais e metodologia de como trabalhá-las.

O curso de Gênero e Diversidade na escola (GDE) é uma política pública brasileira de formação continuada para educadores da rede de ensino, voltada para a promoção de uma educação inclusiva.

O objetivo do projeto é ousado: contribuir para a formação continuada de profissionais de educação da rede pública de ensino acerca dessas três questões, tratando articuladamente: as relações de gênero, as relações étnico-raciais e a diversidade de orientação sexual. Partimos da concepção de que os processos discriminatórios têm especificidades e relacionamentos que precisam ser analisados à luz dos direitos humanos, para que nenhuma forma de discriminação seja tolerada, na escola ou fora dela. (BRASIL,2009)

Conforme mencionado acima, o GDE é uma formação continuada voltada para uma educação não discriminatória, não sexista e não homofóbica. Entendendo que a escola é um lugar privilegiado para a inserção dessas temáticas por ser um ambiente de pluralidades de comportamentos e interações sociais, podendo assim ser trabalhá-las de forma crítica e problematizadora (BRASIL,2009).

Inicialmente foi lançado como um projeto-piloto em 2006, tendo sido selecionado com base no critério de territorialidade para representar todos as regiões os seguintes municípios: Niterói, Porto Velho, Salvador, Dourados, Maringá, e Nova Iguaçu, e contou com 1.200 vagas para professores/as, de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental.

Foi idealizado pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM/PR) e do British Council¹², em colaboração com SECAD/MEC, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR), Secretaria de Ensino a Distância (SEED-MEC), e executado pelo Centro Latino Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM), que também elaborou os materiais didáticos, assim como a capacitação dos professores online que ocorreu na UERJ, através da plataforma do e-ProInfo e a coordenação do curso até à finalização. (HENRIQUES et al., 2007)

O curso foi estruturado em V Módulos, onde cada módulo era composto por unidades temáticas e com seus assuntos a serem abordados¹³. Vale destacar aqui o módulo II Gênero e suas unidades Temáticas: Unidade 1: Gênero: Um Conceito Importante Para O Conhecimento Do Mundo Social; Unidade 2: A Importância Dos Movimentos Sociais na luta contra as desigualdades de Gênero; Unidade 3: Gênero no cotidiano escolar.

Este Módulo, assim como o curso em geral, representa um grande avanço das inserções das temáticas de gênero no campo educacional. Os profissionais da educação são uma ponte para a construção do conhecimento, daí relevância de se ter uma formação inicial e formações continuadas na formação de profissionais de qualidade pois, com a construção de um senso crítico eles se tornam capazes de refletir a realidade das problemáticas que os cercam.

Historicamente, tanto a formação acadêmica como a formação de educadores/as em exercício não têm respeitado a diversidade, tampouco contemplado o debate dos temas. Ao participarem deste curso de formação nas temáticas de gênero, relações étnico-raciais e orientação sexual, os/as profissionais puderam obter instrumentos para refletir a respeito desses temas e para lidar com eles. (BRASIL, 2007, p. 36)

Passada a fase experimental, o curso passou a ser oferecido novamente em 2008, ampliando o curso a nível de território nacional, ao incluir as instituições de ensino superior brasileiras, por meio de editais da SECAD, que desejavam ofertar o

¹² O British Council, órgão internacional do Reino Unido para assuntos de Educação e Cultura, tem como uma de suas principais missões estabelecer e fortalecer relacionamentos entre pessoas e instituições brasileiras e britânicas, com o objetivo de compartilhar experiências dos dois países com vistas a trazer benefícios mútuos. (BRASIL, 2007)

¹³ Ver em Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais (HENRIQUES et al., 2007, p.42)

curso de formação continuada pelo Sistema da Universidade Aberta do Brasil (UAB) e conseqüentemente integrando o curso a rede de educação pela diversidade na área da educação (BRASIL, 2009).

Para interesse deste trabalho destacamos o módulo II do Documento Gênero e diversidade na Escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais - versão 2009 que tem como temática Gênero.

na primeira unidade deste módulo é abordado textos com o conceito de gênero; gênero e outras formas de classificação social; o aprendizado de gênero: socialização na família e na escola; construção social da identidade adolescente/juvenil e suas marcas de gênero; diferenças de gênero na organização social da vida pública e da vida privada (BRASIL, 2009).

Na unidade II abordam textos como as temáticas de discriminação de gênero em contexto de desigualdade social e étnico-racial; as relações entre os movimentos feministas e outros movimentos sociais; primeira onda feminista; violência de gênero; o julgamento de Edson Neris, uma questão de justiça; o debate em torno do aborto; participação feminina no mercado de trabalho: indicador preciso da desigualdade.

Já na unidade III os textos são a disciplina e o rendimento na sala de aula; o uso da fala e as interações com a professora e com o professor; os jogos e as brincadeiras no pátio.

Diferentemente do documento de Henriques et al. (2007) que tem o mesmo nome, este de 2009 possui alguns dos conteúdos que são trabalhados no curso. Porém os textos são bem superficiais e simplistas em alguns conceitos, apesar disso é um grande avanço à publicação deste material para área da educação pois além das temáticas de gênero é exposto também diversidade no módulo I, sexualidade e orientação sexual no módulo III e raça e etnia no módulo IV. (BRASIL, 2009)

É um documento voltado somente para o conteúdo das temáticas do GDE, não traz dados estáticos e nem detalhes relevantes sobre a aplicação do curso. Podemos então concluir que a dinâmica de aplicação do curso GDE 2009 foi a mesma do projeto-piloto em 2006, tendo como mudança apontada à divisão da carga horária que continuava com as aproximadas 200 horas que passou a ser de dividida em 24 horas presenciais e 176 de ensino online, porém o documento não especifica a divisão dessa carga horária entre os módulos.

Com os desdobramentos do curso GDE outras instituições de ensino superior passaram a ofertar o curso nas modalidades de formação continuada para professores e professoras da educação básica e na modalidade de pós-graduação como o Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade (EGeS), pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade Federal de Goiás (UFG)/Campus Catalão ofertou o curso GDE, na modalidade especialização em 2010.

De acordo com os dados publicados no documento Gênero e diversidade na escola: trajetórias e repercussões uma política pública inovadora, publicado em 2011, o número de alunos concluintes do Curso GDE cresceu exponencialmente.

Desde o projeto-piloto onde foram ofertadas 1.200 vagas destas 865 concluíram, em 2008 concluíram 13340 cursistas, em 2009 concluíram 15000 cursistas, ainda em 2009 sob o edital nº 28/2009 com oferta para 2010 concluíram também 15000 cursistas, ressaltando que neste último edital as universidades UERJ e UFG reformularam o curso para nível de especialização, totalizando 32 universidades e 300 polos/municípios.

Com estes números podemos perceber o benefício que o curso GDE trouxe para a educação. Os professores e professoras buscaram compreender como tratar as questões de diversidade, podendo modificar as relações sociais e auxiliando a combater as desigualdades dentro do ambiente escolar.

A escola além de ser um ambiente de formação, é também um espaço de socialização entre pessoas com vivências e realidades diferentes, e “ora, tal como acontece, de maneira mais ampla, na sociedade, sexismo, racismo e homofobia fazem parte do cotidiano escolar.” (DESLANDES, 2010, p.1)

É importante que professores e professoras compreendam que nas escolas há diversas formas de desigualdades, entre tantas está a desigualdade de gênero. Logo, a formação continuada voltada para a desconstrução de padrões existentes e propostas de intervenções necessárias no enfrentamento dessa desigualdade nas escolas, é de grande importância.

Os professores e professoras que participaram do curso, tinham como trabalho de conclusão, a elaboração de projetos de intervenções relacionadas a temáticas discutidas durante o curso e que poderiam ser trabalhadas nas escolas. Entendemos que o GDE através desses projetos de intervenções, beneficia diretamente nas desconstruções das diversas desigualdades dentro das escolas. (DESLANDES, 2010)

Diante disto, quando essas propostas de intervenção são bem desenvolvidas pelos professores ou professoras que compreendem a realidade social dos alunos e alunas bem como também as problemáticas que o cercam no espaço escolar, podem causar impactos significativos nas suas vidas.

Entretanto, professores e professoras precisam estar motivados a desenvolver e propor mudanças dentro desses espaços, ou seja, expor as problemáticas e possíveis soluções, de forma clara e objetiva que visem causar reais mudanças na vida das pessoas que foram alcançadas por essas iniciativas.

Deste modo, temas como gênero dentro das escolas, deve ser um trabalho contínuo e gradual e não somente desenvolvido ou de iniciativa apenas por um professor ou professora. É necessário que todos que fazem parte do ambiente escolar estejam participativos no desenvolvimento tanto das intervenções quanto nas discussões, sendo assim algo permanente. (SOARES; MONTEIRO, 2019)

Dito isso, o curso Gênero e Diversidade na Escola foi inovador para a área educacional, atuando sobre temas ainda complexos e de grande tabu dentro das escolas, daí a importância dos professores e professoras serem sujeitos sociais que ajudem a desconstruir pensamentos e atitudes discriminatórias, dentro do ambiente escolar.

3.2.1. Curso gênero e diversidade na escola: desdobramentos e sua atualidade

Temas como gênero e sexualidade, ainda causam muitas controvérsias quando relacionada a educação. Essas controvérsias são causadas principalmente por pessoas com convicções conservadoras, na qual repudiam ações relacionadas a essas temáticas dentro das escolas sob o pretexto de ser “ideologia de gênero”.

E na tentativa da desconstrução desses pensamentos e da não utilização de termos pejorativos, que percebemos a necessidade da ocupação de temas como gênero e diversidade sexual em espaços de discussões relacionada a educação, seja por intermédio de cursos como o GDE ou de secretarias de educação que promovam a inclusão de políticas públicas na perspectiva de gênero como a SECADI.

O GDE como política pública de formação continuada de professores e professoras foi de grande iniciativa para no que tange sobre as discussões sobre a perspectiva de gênero na educação. Por tanto, o curso visa que professores e

professoras possam refletir sobre suas práticas de como ou se estão trabalhando esses temas dentro das escolas.

Na pesquisa realizada com professores e professoras que participaram do curso, Soares e Monteiro apresentam que o GDE foi construtivo e colaborativo para a prática e reflexões desses cursistas sobre gênero e sexualidade nas escolas.

De um modo geral, o curso GDE provocou impactos e reflexões, de maior ou menor alcance, na vida dos/as profissionais. Todos/as admitem uma mudança de perspectiva em relação à sexualidade após a realização do curso [...] como a maior facilidade em argumentar e compreender os/as alunos/as, a percepção de atitudes preconceituosas, sexistas e machistas dentro da escola e a percepção do próprio preconceito. (Soares e Monteiro, 2019, p.294)

A colaboração do GDE nas práticas docentes dos cursistas também é apontada no estudo de avaliação denominada GDE+5, na qual os autores explicitam sobre:

Conteúdo do curso somado às discussões promovidas (virtual ou presencialmente), provocou a reflexão de vários dos/as cursistas, sendo que a maioria se deu conta de suas próprias dificuldades e preconceitos vinculados aos temas estudados. (CARRARA *et al.*, 2017, p. 61)

Portanto compreendemos que o GDE fez parte da centralização desses temas nos ambientes escolares na qual esses professores e professoras que concluíram o curso estão inseridos, de modo a trazer a relevância para essas discussões e posicionamentos referentes a essas questões dentro do ambiente escolar.

Além da sua contribuição relacionada a prática docente, o curso também colaborou para uma sensibilização nas atitudes pessoais dos cursistas. Na percepção dos seus preconceitos e atitudes. Portanto o GDE conseguiu atingir espaços além da escola.

As/os cursistas problematizavam as próprias práticas muitas vezes identificando posicionamentos preconceituosos que já tiveram e que avaliam que não mais terão depois das reflexões do curso. Nesse sentido percebe-se que o curso provocou questionamentos e mudanças nos posicionamentos de cursistas. (DESLANDES, 2010, p. 3)

Entretanto, desde a o governo ilegítimo de Michel Temer (2016-2018), as políticas públicas sociais de diversidades começaram a ser ameaçadas. Em uma das claras tentativas de silenciar as questões de políticas identitárias deste governo foi por

meio da renomeação do Ministério de Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos para Ministério dos Direitos Humanos. (CARVALHO; ABREU, 2020)

Neste contexto de silenciamento que começa o desmonte da SECADI, com a exoneração de 23 servidores entre esses técnicos, chefes e coordenadores da secretaria, essa exoneração afetou sobretudo a atividade, organização e dinamicidade da SECADI.

Porém é no governo ultraconservador e racista de Jair Bolsonaro eleito em 2018, com discurso crítico em relação aos anteriores governos de esquerda, que as políticas públicas de diversidade passam a ser explicitamente atacada, principalmente aquelas que incluem as perspectivas de gênero e sexualidade.

Os ataques a temas como gênero e sexualidade são e foram inflamados pelo discurso de intolerância baseada no conservadorismo e na religião, “Com Jair Bolsonaro no poder, louvado se tornou o tripé adjetivado: o ultraliberalismo radical, o militarismo reacionário e a religiosidade fundamentalista.” (CARVALHO; ABREU, 2020, p. 903)

Nesse cenário de incertezas e ataque que a SECADI é oficialmente extinta pelo Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, causando um enorme retrocesso na história da educação brasileira. Deste modo o governo Bolsonaro enfatiza ainda mais sua intenção de não promover as temáticas que eram desenvolvidas pela SECADI no âmbito educacional. (Souza, 2019)

É preocupante a disseminação do discurso conservador do governo Bolsonaro, e como isso reflete diretamente nas políticas públicas educacionais. O avanço do ultraconservadorismo e do ultraliberalismo na legalidade da educação recai como ameaça aos direitos conquistados e a história da educação brasileira causando recuos no enfrentamento das desigualdades de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho possibilitou uma reflexão de como as políticas públicas educacionais na perspectiva de gênero estão auxiliando para o enfrentamento das desigualdades de gênero dentro das escolas. além disso, também permitiu uma reflexão acerca do curso Gênero e Diversidade na Escola e suas contribuições.

A análise do curso GDE como política pública permitiu-nos considerar que, uma das suas contribuições positivas foi o desdobramento do curso através da oferta de especialização pelas universidades, contribuindo para uma ampliação da produção acadêmica. visto que a produção acadêmica é fundamental para a formação da prática pedagógica de professores e professoras do ensino básico.

Essa relação de estreitamento entre a academia e a escola básica beneficia na interação de trocas docentes entre professores e professoras do meio acadêmico e professores e professoras da educação básica. De modo que a formação inicial e a formação continuada são constituídas por meio de vários saberes e uma delas é a experiência, e, portanto, as duas instituições são produtoras de saberes.

Ademais este trabalho corrobora com as autoras Deslandes (2010) e Silva (2019) na perspectiva que outra contribuição positiva do GDE foi a oferta do curso na modalidade de formação continuada para professores e professoras do ensino básico, ampliando esses debates dentro das salas de aulas e ambientes escolares, reconhecendo a diversidade desses espaços e os sujeitos que neles inseridos, assim contribuindo para o enfrentamento das desigualdades de gênero.

A iniciativa para inserção das temáticas de gênero e suas complicações deveria partir das secretarias de educação dos municípios. Entretanto para a inserção de formações continuadas voltadas para a temática de gênero como o GDE, é indispensável que primeiramente as secretarias de educação tenham a ampla visão sobre a realidade das escolas e suas desigualdades.

De modo que é através dessas secretarias que as formações continuadas são ofertadas, visto que infelizmente nas formações iniciais dos cursos de licenciatura, como o curso de Pedagogia da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, as discussões da temática gênero e educação são quase inexistentes.

Essa quase inexistência nos cursos de formações iniciais e nas formações continuadas reflete sobre os educadores do ensino básico que desconhecem as políticas públicas educacionais da qual este trabalho apresenta. Com isso compreendemos que este trabalho é relevante para a academia, visto que pode auxiliar na discussão de próximos trabalhos científicos sobre essa temática urgente.

Nisso temos como saldo qualitativo a compreensão que se essas políticas públicas não estão inseridas no projeto político pedagógicos das escolas, torna-se ainda mais difícil a sua implantação, desse modo, é fundamental que as temáticas de gênero sejam inseridas nas formações continuadas de professores e professoras e no Projeto Político Pedagógico de todas as escolas de educação básica de nossa região.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares De. As relações de poder nas desigualdades de gênero na educação e na sociedade. **Série-Estudos**, Campo Grande, n. 31, p. 165–181, 2011. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/132>. Acesso em: 9 fev. 2010.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 5 jul. 2019.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** orientação sexual. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília (DF): MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019

_____. 1997a. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1ª a 4ª séries). Brasília: MEC/SEF, 10 volumes. disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro102.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2019.

_____. 1998. **Parâmetros Curriculares Nacionais** (5ª a 8ª séries). Brasília: MEC/SEF

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 9 jun. 2019.

_____. **Decreto nº 5.159 de 28 de julho de 2004**.. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação, e dá outras providencias. Brasília, DF: Presidência da República, 2004. Disponível em: D5159 (planalto.gov.br). Acesso em: 9 jun. 2019.

_____. **Lei nº 12.034, de 29 de setembro de 2009**. Altera as Leis nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 - Lei dos Partidos Políticos, 9.504, de 30 de setembro de 1997, que estabelece normas para as eleições, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código

Eleitoral. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12034.htm. Acesso em: 10 fev. 2019.

_____. **Ministério da Educação**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: Cepesc; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: [gde.pdf](#) (unifaccamp.edu.br). Acesso em: 07 fev. 2019

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 6 fev. 2019.

_____. **Decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS e das Funções Gratificadas do Ministério da Educação e dispõe sobre remanejamento de cargos em comissão. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: [Decreto nº 7480](#) (planalto.gov.br). Acesso em: 6 fev. 2019.

_____. Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores [...]. **Diário Oficial da União**: Seção: 1-Extra, Brasília, DF Edição: 1-B, Página:6, 2 jan. 2019. Disponível em: [DECRETO Nº 9.465, DE 2 DE JANEIRO DE 2019 - Imprensa Nacional](#) (in.gov.br). Acesso em: 6 fev. 2019.

CARRARA, Sérgio; NASCIMENTO, Marcos; DUQUE, Aline; TRAMONTANO, Lucas; PEREIRA, Maria Elisabete (org.). **Gênero e Diversidade na Escola: Avaliação de processos, resultados, impactos e projeções**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2017. Disponível em: http://www.clam.org.br/uploads/arquivo/GDE_Relatorio-10-02-2017.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Gênero, educação e ciência. *In*: MACHADO,

Charliton José dos Santos; SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; NUNES, Maria Lúcia da Silva (org.). **Gêneros e práticas culturais: desafios históricos e saberes interdisciplinares**. 21. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2010. *E-book*. DOI 10.7476/9788578791193.0017. Acesso em: 1 mar. 2019.

CARVALHO, Marcelo Pagliosa; ABREU, Tanielle Cristina dos Anjos. Políticas Públicas Educacionais e a Democratização do Saber: Licenciatura em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros da UFMA. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, vol. 24, no. 2, p. 897-911, ago. 2020. DOI 10.18764/2178-2865.v24n2p898-911. Acesso em: 20 abr. 2021.

DESLANDES, Keila. **Gênero e Diversidade na Escola**: como verificar o impacto da formação de professore/as? In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 9 - diásporas, diversidades, deslocamentos, 2010, Florianópolis, **Anais** [...]. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278288051_ARQUIVO_Textocompleto9FazendoGenero.pdf. Acesso em: 19 abr. 2021.

HENRIQUES, Ricardo; BRANDT, Maria Elisa Almeida; JUNQUEIRA, Rogério Diniz; CHAMUSCA, Adelaide (Org.). **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Cadernos SECAD, n. 4, Brasília, maio, 2007. Disponível em: Gênero 22-06-2007.indd (clam.org.br). Acesso em: 7 fev. 2019

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos CEDES**, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30–41, nov. 2001. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300003. Acesso em 06 mai. 2021

MELO, Regina Conrado. **As políticas educacionais do governo Lula: a agenda da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e da Diversidade – SECAD do Ministério da Educação**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2009. disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1488>. Acesso em: 17 jan. 2019

MOEHLECKE, Sabrina. AS POLÍTICAS DE DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO NO GOVERNO LULA. **Cadernos de Pesquisa**, v. 39, n. 137, p. 461–487, maio/ago. 2009. DOI <https://doi.org/10.1590/S0100-15742009000200008>. Acesso em 06 de maio de

2021.

NASCIMENTO, Janaína Xavier do. Políticas públicas e desigualdade de gênero na sociedade brasileira: Considerações sobre os campos do trabalho, da política e da ciência. **Mediações**, Londrina, vol. 21, no. 1, p. 317–337, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/20885>. Acesso em: 17 jan. 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. As políticas educacionais no governo Lula: rupturas e permanências; **RBPAE**, vol. 25, no. 2, p. 197–209, mai./ago. 2009. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/19491/11317>. Acesso em: 19 abr. 2021.

SILVA, Ana Maria Clementino Jesus e. **As tensões e contradições das políticas educacionais brasileiras dos governos de Lula e Dilma Rousseff: o Ideb e o Programa Mais Educação**. 2019. Tese (Pós-Graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <https://gestrado.net.br/wp-content/uploads/2019/09/Tese-Final-Ana-Maria-Clementino.pdf>. Acesso em: 09 fev. 2019

SOARES, Zilene Pereira; MONTEIRO, Simone Souza. Formação de professores/as em gênero e sexualidade: possibilidades e desafios. **Educar em Revista**, Curitiba, vol. 35, no. 73, p. 287–305, 2019. DOI 10.1590/0104-4060.61432. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/er/v35n73/0104-4060-er-35-73-287.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2020.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8. n. 16, p. 20–45, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>. Acesso em: 5 abr. 2021.

SOUZA, Maciana de Freitas e. A extinção da SECADI e o campo da Educação na conjuntura atual. **Justificando**. 17 jan. 2019. disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/>. Acesso em: 20 abr. 2021.

VIANNA, Cláudia. **Políticas de educação, gênero e diversidade sexual: Breve história de lutas, danos e resistências**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. O gênero nas políticas públicas de educação

no Brasil: 1988-2002. **Cadernos de Pesquisa**, vol. 34, no. 121, p. 77–104, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v34n121/a05n121.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2019.

VIANNA, Cláudia; UNBEHAUM, Sandra. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, no. 95, p. 407–428, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n95/a05v2795>. Acesso em: 19 jan. 2019.